



SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE
MIRANDA DO DOURO

**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
E
CONTAS DE
GERÊNCIA 2021**

30 DE MARÇO DE 2022

**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
MIRANDA DO DOURO PARA O QUADRIÉNIO 2021-2024**

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Urbano da Ressurreição Raposo
Secretário:	Inês Da Silva Neto
Vogal:	José Augusto Ramos

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor:	Manuel Rodrigo Martins
Vice-Provedor:	Arménio Silvestre Rodrigues Gomes
Vogal:	Dárida Martins Carvalho Vasco
Tesoureiro:	Délia Cabral Arruda Rijo
Secretário:	António Jorge Jacoto Lourenço
Suplente:	Silvino Francisco Preto da Silva
Suplente:	Abílio Domingos Pires Barril
Suplente:	Laura da Conceição Lopes Grande

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Ernesto Garcia Luís
1º Secretário:	Vítor Manuel Rodrigues Rio
2º Secretário:	Laureano Augusto preto Fernandes
Suplente:	Francisco António Martins
Suplente:	António Joaquim Ferreira da Silva



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

INTRODUÇÃO	4
1. MENSAGEM DO PROVEDOR	5
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO	6
2.1 Irmandade	6
2.2 Recursos Humanos	7
2.3 Respostas Sociais.....	9
2.3.1 ERPI E SAD N. SR. DA MISERICÓRDIA.....	9
2.3.2 ERPI E SAD S. MIGUEL	14
2.3.3 ERPI E SAD N. SRA. DO MONTE	15
2.3.4 CENTRO INFANTIL MENINO JESUS DA CARTOLINHA	17
2.3.5 PROGRAMA FÉRIAS MONTESSORI	210
2.3.6 UCCI-LDM SANTA MARIA MAIOR.....	21
3. ATIVIDADES TRANSVERSAIS NAS RESPOSTAS SOCIAIS.....	26
4. ANÁLISE FINANCEIRA	39
4.1. Evolução das Principais Contas	39
4.2. Resultados do Período nas principais Respostas Sociais	42
5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	43
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	43

INTRODUÇÃO

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta aos digníssimos irmãos o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021, a fim de ser submetido, discutido e votado em Assembleia Geral.

Este relatório traduz o desempenho desta Instituição no cumprimento dos seus objetivos e reflete, de forma geral, as atividades desenvolvidas ao longo de 2021.

Os dados apresentados ao longo do Relatório e Contas de Gerência são a expressão da realidade e do desempenho desta Instituição no cumprimento dos objetivos que, mais concretamente esta Mesa Administrativa se propôs desde o início do exercício de mandato, ocorrido no mês de janeiro, do ano 2021.

A atividade desenvolvida no ano de 2021 apresentou-se um ano particularmente difícil, durante a vigência do Declarado Estado de Emergência do país.

Traduziu-se em grande escala, além das ações planeadas nas várias vertentes da Instituição, num esforço coletivo institucional na prevenção e combate á pandemia COVID-19, traduzido nos planos de contingência, e atividade sustentada em normativos e numa adaptação constante em práticas de acordo com orientações legais e recomendações, oriundas sobretudo por parte da DGS.

Aplicaram-se regras e condições especiais na segurança na organização e funcionamento de todas as respostas sociais da SCM, nas suas diferentes áreas de intervenção: Envelhecimento, Infância e Juventude, Saúde e apoio social e Comunidade.



1. MENSAGEM DO PROVEDOR

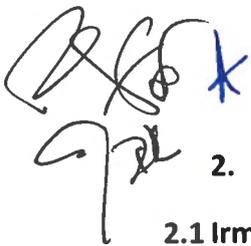
Em 2021, para além das atividades correntes do dia- a- dia de todas as respostas sociais e dos Serviços Centrais, realizaram-se outras ações que merecem destaque, quer isoladamente, quer em parceria com entidades públicas e privadas.

A inusitada situação de anormalidade provocada pela Pandemia refletiu-se de forma devastadora na globalidade das atividades e com especial gravidade, justamente nas áreas da saúde e de apoio social, situação excecional que vivemos e que, à presente data, ainda perdura.

Destes efeitos negativos assumem-se: atrasos muito significativos para o andamento e conclusão de projetos que estavam em curso; registo significativo de sobrecustos de exploração em todas as respostas sociais e principalmente perda de vidas devido a esta doença. Refletindo-se conseqüentemente numa expectável redução da frequência dos utentes e no cumprimento dos acordos e/ou capacidade máxima dos Acordos com o ISS, quer nos equipamentos sénior, como também na área da infância.

Em nome da Mesa Administrativa (MA) expresso o nosso sentido agradecimento a todos os colaboradores e membros que compõem a família da SCM Miranda do Douro, manifestando um sentimento de orgulho e satisfação pelo vosso empenho durante o ano 2021. Deixo uma mensagem de esperança em novos projetos que abraçaremos com toda a força, e gratidão a todos os que tornaram possível fazer face ao desafio de minimizar o impacto do COVID-19 na nossa Instituição, durante o ano de arranque desta MA.

Que o tamanho dos futuros desafios, seja sustentado pela capacidade de resiliência, humanismo e união de todos os que trabalham em prol do cumprimento da nossa Missão: o bem-estar dos nossos utentes.



2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

2.1 Irmandade

ANO	2021	2020	2019	2018
IRMÃOS ADMITIDOS	15	9	12	17
TOTAL DE IRMÃOS	372	370	361	368

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro verificou um aumento no último exercício, no entanto, diminuiu o valor de quotas recebidas, passando de 3.720 Euros para 2.480 Euros.

2.2 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2021, o quadro de Recursos Humanos da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro era composto por 153 trabalhadores, de acordo com o vínculo que irá apresentar-se seguidamente.

VÍNCULO	2021	2020	2019	2018
SEM TERMO	131	140	147	140
TERMO CERTO	11	7	10	15
TERMO INCERTO	0	0	0	3
CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO	2	1	1	1
CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +	0	0	0	1
ESTÁGIO PROFISSIONAL	4	6	4	4
MAREESS	5	2	0	0
TOTAL	153	155	162	164

Esclarece-se ainda, que as tabelas, no tipo de vínculo, constam 11 colaboradores contratados a termo certo, destes **7 transitaram do ano de 2020 e 4 foram contratados em 2021.**

Em 2021 contrataram-se **3 Enfermeiros e um Trabalhador de Serviços Gerais.**

A contratação de 3 Enfermeiros deveu-se ao fato de 1 Enfermeiro ter rescindido contrato com a instituição, 1 pediu licença sem vencimento, e 1 inicialmente estar com Incapacidade temporária para o Trabalho por Gravidez de Risco e posteriormente de Licença parental.

Relativamente aos **prestadores de serviços** durante o ano de 2021, são compostos por 7 diferentes profissionais técnicos que desenvolvem a sua atividade em várias respostas sociais:

- 2 Médicos:

- 1 Médico de Clínica geral – 20horas/semana (12 horas UCCI; 4 horas ERPI SR. da Misericórdia; 2 horas ERPI São Miguel; e 2 horas ERPI N. Sra. do Monte;

- 1 Fisiatra, presta serviço na UCCI uma vez por mês.

- 1 Farmacêutica, presta serviço na UCCI duas vezes por mês

- 1 Podologista – Pedicure /Manicure, presta serviço conforme as necessidades, nas ERPI SR. da Misericórdia, ERPI São Miguel e ERPI N. Sra. do Monte

- 2 Advogados, prestam serviços, sempre que é solicitado.

- 1 Eng.º de Informática, presta serviços sempre que é solicitado.

Relativamente às **formações frequentadas no ano 2021**, em contexto laboral e extralaboral foram:

- Higiene e Segurança Alimentar, -

Prevenção de Riscos Profissionais, -

Prevenção e Atuação em caso de Incêndio,

- Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento,

- Gestão do Stress profissional em Saúde.

Destaca-se também uma formação ministrada pelo 1º Regimento de Infantaria de Chaves, sobre “SARS-COV-2 sua prevenção e segurança numa Instituição”.



2.3 Respostas Sociais

RESPOSTAS SOCIAIS	CAPACIDADE	VAGAS PROTOCOLADAS (ISS, IP e outras entidades)	FREQUÊNCIA MÉDIA DE UTENTES /2021
ERPI SR. MISERICÓRDIA	74	74	67
SAD- ERPI SR. DA MISERICÓRDIA	75	37	31
ERPI. S. MIGUEL	37	29	29
SAD- ERPI. S. MIGUEL	30	25	21
ERPI N.SRA. MONTE	34	25	25
SAD- N.SRA. MONTE	27	27	27
PRÉ-ESCOLAR MENINO JESUS DA CARTOLINHA	25	25	12
CRECHE MENINO JESUS DA CARTOLINHA	64	43	38
UCCI-LDM STA. MARIA MAIOR	21	21	21
CANTINA SOCIAL	8	7	7
Programa Montessori	40	0	39
POAPMC		48	72

2.3.1 ERPI E SAD N. SR. DA MISERICÓRDIA

ERPI Nosso Sr. da Misericórdia (Miranda do Douro), é a Estrutura mais antiga. Mantém-se em funcionamento há mais de 40 anos. Foi construída no final da década de 70, na altura, destinava-se a uma população sénior muito diferente daquela com que nos deparamos nos dias atuais, devido ao crescente e complexo envelhecimento demográfico atual e elevado índice de dependência.

O ano de 2021, preferencialmente durante o mês de janeiro foi marcado pelo **Surto de COVID-19**, surgido no final de dezembro de 2020. Houve necessidade de proceder a uma reestruturação de cuidados, circuitos e procedimentos necessários ao controlo da doença **SARS-COV-2**. Uma segunda fase muito difícil que obrigou à gestão de alas e circuitos de circulação, zonas de limpos e sujos. Este período representou 100% dos utentes positivos e 70% dos trabalhadores positivos. A gestão de recursos humanos passou pela necessidade de suprir ausências e otimização dos mesmos. Exemplo disso foi a ativação do protocolo com o Município de Miranda do Douro, na cedência das Instalações do Centro de Formação de Malhadas para alojamento de trabalhadores positivos assintomáticos que estiveram a assegurar o funcionamento da ERPI. O surto foi considerado extinto a 24 de janeiro de 2021.

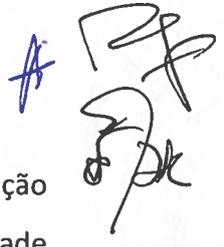
A média de utentes que frequentou o ano de 2021 foi de 67 utentes, abaixo das vagas acordadas, devido á **mortalidade elevada durante o período do surto** (13 utentes) e a **dificuldade na ocupação posterior de vagas**.

A média de idades corresponde a uma idade média mais avançada para as utentes do **sexo feminino: 84 anos de idade** e, no caso dos **homens** verificou-se uma média de **79 anos de idade**.

De acordo com a aplicação da Escala de Barthel, o grau de independência para a realização de Atividades Básicas de Vida diárias é baixo, sendo que **apenas 4 utentes são independentes**. Esta situação traduz-se numa realidade bastante exigente ao nível da prestação de cuidados diretos e de rácio de recursos humanos necessários.

No contexto da necessidade fundamentada de melhorar a Estrutura-funcional do edificado, melhorar as condições dos seus utentes-residentes e laborais, a SCM Miranda do Douro empenhou-se em intervir com a execução de **diferentes candidaturas para reabilitação do edifício** e adequação aos normativos legais vigentes, e suprir as irregularidades estruturais, acessibilidade e de segurança, assinaladas pelo acompanhamento técnico do ISS.

Todavia, nas suas várias tentativas de requalificação/ampliação viu-se frequentemente limitada pela localização do edifício, centro da zona histórica da cidade, mais



concretamente dentro das muralhas, e condicionada ainda pelas exigências da Direção Geral do Património Cultural (ex- IGESPAR). Nesse âmbito, todos os pareceres da Unidade de arquitetura do Centro Distrital de Segurança Social previam sempre uma redução dos utentes, longe de abranger a população residente atual-74 utentes.

Muito embora o Edifício tenha sofrido algumas obras de beneficiação, a mais considerável, na década dos anos 90, devido ao *Boom* registado na procura de acolhimento da pessoa idosa, não veio a revelar-se compatível com as necessidades estruturo-funcionais sucessivas, decorrentes do envelhecimento. Principalmente, o Edifício principal, mais antigo, que conta com 3 pisos, rampas com inclinação elevada e sem áreas funcionais adequadas e obrigatórias, não cumpre os normativos legais em vigor e sentiu-se mais notoriamente durante o Surto.

A necessidade constatada de conforto e acessibilidades obriga à criação urgente condições de segurança, áreas funcionais para um envelhecimento ativo e espaços mais confortáveis e que respeitem a privacidade e dignidade do utente-residente. Ainda no mesmo plano de importância, urge torná-lo também mais funcional para os trabalhadores prestarem os cuidados, diretos e indiretos aos utentes, proporcionando **melhores condições de trabalho.**

Como foi referido, na última reunião de Assembleia ordinária, foi aprovada a Candidatura ao 2020 Norte- Programa Operacional 2020-Requalificação da ERPI N. Sr. da Misericórdia- **empreitada de remodelação e ampliação no montante de 970.295,68€, mais IVA.** No entanto, a Mesa Administrativa entendeu desistir dessa candidatura, face à oportunidade que se lhe apresentou em construir uma ERPI de raiz que respondesse a todas as necessidades-problemas dos utentes, quer na prestação dos cuidados, quer na promoção de conforto e dignidade e que cumprisse integralmente todos os normativos legais de acessibilidade e segurança.

Nesse seguimento foi apresentada uma candidatura para a construção de uma ERPI de raiz ao PRR: **Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais (Aviso N.º 02/C03-i01/2021).** O Projeto “ERPI Santa Catarina” permite a **construção de uma ERPI de raiz, com capacidade para 80 utentes, perspetivando a**

criação de 8 quartos individuais, 8 quartos triplos e 24 quartos duplos, cumprindo todas as áreas funcionais o disposto na portaria n.º 67/2012, de 21 de março e demais legislação aplicável.

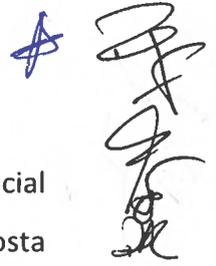
A edificação da ERPI está prevista num terreno cedido pelo Município de Miranda do Douro, sita no Bairro Verde, Rua Manuel Ferreira Deusdado, Freguesia de Miranda do Douro. A submissão da candidatura já foi feita, no montante estimado de **3 Milhões Euros**. Esta candidatura obteve **parecer favorável**, na ordem dos 100% na Reunião alargada do **Concelho Local de Ação Social do Município de Miranda do douro**, realizada a 11 de março de 2022.

Esta é das três ERPI' s que presta **serviços de confeção de refeições quentes a diferentes respostas sociais**, para além de servir os utentes da própria ERPI, presta serviços de refeição diariamente à resposta de SAD, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Programa de Emergência Social “cantina social” e colabora pontualmente com o apoio solidário com os reclusos da GNR ou peregrinos que a procuram. A média diária total de refeições confeccionadas, para as diferentes respostas sociais, é de cerca de 240 refeições (média de 87600 refeições/ano). De salientar que durante o período de surto COVID-19, na ERPI N. Sr. da Misericórdia, acresceram ainda a confeção de refeições servidas aos trabalhadores que prestaram serviço.

Dentro desta **polivalência**, o mesmo se verifica no **serviço de Lavandaria e tratamento de roupas**, é na ERPI N. Sra. Da Misericórdia onde se centraliza o apoio à resposta de ERPI, SAD e UCCI.

Como podemos verificar é a única ERPI que desenvolve o **Programa da Cantina Social**, continuando a registar no ano 2021, o fornecimento de 2920 refeições.

Na colaboração solidária com o Posto da GNR de Miranda do Douro podemos afirmar que forneceu gratuitamente uma média de **10 refeições a reclusos**.



A ERPI N. SR. DA Misericórdia desenvolve, desde a década de 90, a resposta social **Serviços de Apoio Domiciliário (SAD)**, com acordos de cooperação. O SAD é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, incapacidade ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária. Possui acordos de cooperação para 37 utentes e tem capacidade aprovada para apoiar 75 utentes. Desenvolve-se nas localidades de Miranda do Douro (22%), Aldeia Nova (11%), Paradela (4%), Constantim (7,5%), Palancar (4%), Malhadas (33%), Póvoa (11%) e Genísio (7,5%).

No ano 2021 a frequência de utentes **registou uma diminuição**, em relação ao ano 2020. Tal alteração foi motivada pela pandemia covid-19, e, dada as características desta população apoiada, uma boa parte dos mesmos (cerca de 13 utentes) foi admitida em ERPI e UCC. A frequência de utentes/mês foi a seguinte apresentada no quadro, sendo que **a média da frequência dos utentes ao longo do ano 2021 é de 31 utentes**.

Tendo por referência a frequência mensal de dezembro de 2021, o SAD apoiava 27 idosos, dos quais 63% eram do sexo masculino e 37% do sexo feminino. A faixa etária mais significativa referia-se a utentes com idades compreendidas entre 80-84 anos de idade, numa percentagem de 28%.

No que se refere ao grau de autonomia, cerca de 89% dos utentes são autónomos e 11% são dependentes de ajuda de terceiros para realizar as suas ABVD'S.

Relativamente aos serviços prestados, o serviço mais prevalente é o fornecimento de refeições. Cerca de **37% dos utentes usufruem apenas de serviço básico**, a par de outros serviços, como o "apoio psicossocial", pese embora alguns dos utentes usufruam de outros tipos de serviços, como a Higiene pessoal. O serviço de "higiene habitacional" também tem tido maior procura, devido a situações de dependência dos utentes, que têm também vindo a aumentar, implicando, muitas vezes uma reavaliação das necessidades e a adição de mais serviços de apoio ao utente/familiares ou cuidadores.

2.3.2 ERPI E SAD S. MIGUEL

Localizada em Palaçoulo, edifício dos anos 90, com algumas ampliações desde então, tem capacidade para 37 utentes, nesta data com a ocupação máxima preenchida, mas que conta apenas com a comparticipação financeira através do acordo de cooperação da Segurança Social para 29 utentes.

Destes 37 utentes, 10 são do sexo masculino e 27 correspondem ao sexo feminino. A **média de idades** dos utentes que frequentam esta resposta social é de **87 anos de idade** sendo a mais longeva de 100 anos. A média de idades dos utentes a frequentar esta resposta social é de **84 anos de idade nos homens e 87 anos de idade nas mulheres**.

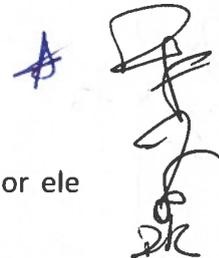
Este edifício é composto por dois pisos, o piso inferior é destinado sobretudo ao apoio a grandes dependentes, na sua maioria do sexo feminino. É composto por 4 quartos individuais e 4 duplos. Neste piso está ainda localizada um **ginásio de reabilitação física e cognitiva**, onde são realizados sobretudo atividades de fisioterapia. Possui ainda uma área envolvente e exterior agradável para a realização de dinâmicas de grupo com os utentes e de lazer.

Dos 37 utentes a residir em ERPI, 10 utentes possuem dependência ligeira, 8 utentes dependência moderada, **4 utentes com dependência grave e 15 utentes com dependência total**. Não se regista nenhum utente independente na realização das ABVD's.

De forma geral, podemos afirmar que o edifício está bem equipado e em bom estado de conservação, principalmente fruto de ações de manutenção preventiva.

Mantém-se o fornecimento de refeições aos alunos EB1 de Palaçoulo, através do acordo celebrado entre o Município de Miranda do Douro e a SCM Miranda do Douro. No ano 2021, podemos assinalar uma **média de 10 refeições diárias confeccionadas pela ERPI S. Miguel (aproximadamente 200 refeições/mês)**.

Esta ERPI possui um **Pólo de funcionamento de serviços de apoio domiciliário**, com capacidade para 30 beneficiários e com uma **frequência atual de 22 utentes**. O mesmo



sofreu uma redução demarcada desde a pandemia sentida também nas aldeias por ele abrangidas.

A ERPI S. Miguel foi duramente atingida por **surto COVID-19 a 6 de janeiro de 2021**, sendo que 34 utentes e 16 funcionárias testaram positivo para esta doença. De salientar o número significativo de falecimentos- **9 falecimentos**. A segunda ERPI da SCM com mais mortalidade. Houve necessidade de proceder à reorganização dos recursos humanos otimizando as equipas de trabalhadores técnicos e não técnicos, por forma a assegurar cuidados e serviços básicos de atenção aos utentes. A interajuda constatou-se dentro desta resposta, e apenas assim foi possível fazer face à situação e suas contingências, a partir da **mobilidade voluntária de outros trabalhadores de respostas sociais**, seja na área de prestação de cuidados diretos, como também na área de Coordenação, social, psicologia, recursos humanos, enfermagem, fisioterapia e animação sociocultural. À semelhança do apoio na ERPI N. Sr. da Misericórdia, podemos sublinhar a colaboração de auxiliares que compunham a **equipa de intervenção rápida da Cruz Vermelha (Brigadas)**. Respeitaram-se sempre as orientações da DGS e Autoridade de Saúde Pública. O surto foi declarado gradualmente, de acordo com a alta clínica dos utentes, mas poderemos apontar que, na sua grande maioria sucedeu-se na **segunda semana de fevereiro de 2021**.

2.3.3 ERPI E SAD N. SRA. DO MONTE

Esta estrutura, de entre as 3 ERPI' s é a de edificação mais recente, inaugurada no ano 2013, com capacidade para 34 utentes. Relativamente ao nível dos Acordos de Cooperação com a Segurança Social permanecem por abranger a comparticipação de 9 utentes. Contamos ainda com 3 vagas reservadas à segurança social, totalizando as 25 abrangidas pelo acordo de cooperação.

Por forma a poder abranger vagas extra acordo, foi submetida uma **candidatura ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)**, no entanto, o processo paralisado

devido ao chumbo do orçamento de Estado e posterior processo eleitoral. De momento, aguardamos pela aprovação da candidatura e almejamos ser contemplados de forma a atingirmos, o legalmente previsto, 80% das vagas (27 Acordos).

Com uma lotação de 34 vagas em ERPI e 27 em SAD, temos uma população **cuja média de idades dos residentes é de 86 anos de idade e em SAD de 82 anos de idade**. Sendo a pessoa mais nova com 53 anos em lar e a mais velha com 100 anos. Registamos o falecimento de 3 utentes (sexo masculino) durante o ano de 2021 na ERPI e 4 utentes do sexo feminino.

Quanto ao grau de dependência traduz-se uma **concentração de utentes** com um grau de **dependência total**. Especificamente: 9 utentes com dependência ligeira, 8 utentes com dependência moderada, 2 utentes com dependência grave, 13 utentes totalmente dependentes e 2 utentes independentes.

A pandemia COVID-19, alterou também nesta ERPI as rotinas e as normalidades que tínhamos como certas, e **obrigou a uma adaptação constante de todos: trabalhadores, utentes, famílias, comunidade e fornecedores** também.

Foi um **ano exigente para os trabalhadores da ERPI**, com dificuldades em conciliar a vida doméstica com a vida laboral, com especial relevância para o período de vigência de turnos consecutivos de 12h e respetivos descansos. Ao longo de todo o ano foi necessário assegurar e organizar a prestação dos diversos serviços, tendo em conta todas as constantes alterações e restrições legais, as licenças de maternidade, os isolamentos profiláticos, as incapacidades temporárias para o trabalho, as assistências à família e ainda, acidentes de trabalho. Foi um exercício de resiliência, e de ação/resposta imediata ou emergente, não só ao nível físico, mas também emocional e cognitivo.

Para além do referido anteriormente, ocorreram problemas ao nível da climatização, eletricidade e inundações dentro da estrutura edificada. Estes acontecimentos obrigaram recorrer a **diversas reparações/manutenções** ao longo do ano que se refletem ao nível financeiro desta ERPI, mas também, em alguns momentos, ao nível da qualidade dos serviços que oferecemos aos nossos utentes. Com frequência são situações associadas ao



edificado e suas instalações deficientes, perante as quais a Mesa Administrativa tem feito um esforço para a sua correção.

No **Serviço de Apoio Domiciliário** desta ERPI, foram apoiados em média 27 utentes, salientando-se que, devido à pandemia registamos no decorrer do ano uma grande variação na frequência de utentes nesta resposta, mas sem que ocorresse uma redução da mesma. No SAD estamos perante uma população díspar, sendo que a pessoa mais nova tem 58 anos e a mais velha 94 anos.

Relativamente ao **grau de autonomia dos utentes** para as atividades quotidianas, temos a referir que nesta resposta social nos deparámos com graus de dependência diversos, em média: 2 grave, 18 moderada, 9 ligeira, 2 independentes.

Apesar do surto da ERPI NSM ter ocorrido em fevereiro de 2021, no decorrer do ano não se verificou diminuição contínua das frequências de utentes na ERPI e no SAD nem óbitos resultantes do mesmo, mas notou-se uma **acentuada degradação global do estado biopsicossocial dos nossos clientes**.

2.3.4 CENTRO INFANTIL MENINO JESUS DA CARTOLINHA

Este equipamento com as suas duas respostas sociais: **Creche e Ensino Pré-escolar**, com acordos de cooperação com o ISS, IP, está inserido no concelho de Miranda do Douro, onde se tem registado uma descida gradual na frequência dos utentes devido essencialmente à situação sociodemográfica deste concelho, mais concretamente continua descida da natalidade, um grande aumento do índice de envelhecimento demográfico.

Estes fenómenos sociais trazem, muitas vezes a eles associados, realidades complexas ao nível micro e macrossocial, nomeadamente ao nível socioeconómico familiar e individual, ao despovoamento e desertificação, assim como á fraca oportunidade de emprego, situações agravadas ainda pela situação sanitária da pandemia pelo COVID-19. Fatos que

condicionam consequentemente a ocupação das vagas em acordo e ainda a **gestão económica- financeiro desta estrutura.**

Nestas respostas trabalham um total de 13 colaboradoras.

No ano 2020/2021 devido à situação pandémica vivida observaram-se algumas ausências de trabalhadoras.

Na resposta social **Pré-Escolar**, com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, no ano letivo 2020/2021 houve um **ligeiro aumento de frequência de 11 para 15 utentes**, mas mesmo assim continua abaixo da capacidade máxima de 25 utentes.

No que diz respeito á resposta social **Creche**, com acordo para 43 utentes e capacidade para 64 utentes, **abrange 4 salas**, com crianças com idades compreendidas entre os **5 meses e os 3 anos de idade**, registando-se em janeiro de 2021 a frequência de 39 crianças e, de acordo com as razões adjacentes, enunciadas anteriormente, e à semelhança do ensino pré-escolar, verificou-se um decréscimo da frequência, em dezembro 2021 registamos um total de 35 utentes.

Resultante da situação pandémica (COVID-19) do país, algumas famílias viram a sua atividade laboral suspensa, ou pediram Apoio à família, ficando com os seus filhos em casa. De outro modo, verificou-se a **suspensão do funcionamento do Centro Infantil decretado pelo Governo a 22/01/2021**, para ambas as respostas sociais, tendo permanecido suspensa a atividade dos mesmos **até 14/03/2021**. De realçar que, este período foi interrompido a 08/02/2021, conforme orientação legal, o regime de excecionalidade para a resposta a **reabertura da resposta social Creche** para filhos de profissionais de serviços essenciais que durante o período de **08/02/2022 a 14/03/2022** houve uma frequência real de apenas 7 utentes.

No ano letivo 2020/2021 e tendo em conta o Projeto Educativo “A Música e o seu Mundo” – Pré-escolar, e “Afetividades” – Creche, houve atividades planeadas que ficaram por concretizar, devido á situação pandémica do momento.

Entre as inúmeras atividades destacam-se: Reunião presencial com os Encarregados de Educação,- Magusto; - Festa do Pijama; - Festa de Natal; - Dia dos Reis (cantar as Janeiras pelas ruas da Cidade);- Desfile de Carnaval; - Santos Populares.

No entanto, todas as salas desta valência, cumpriram com o respetivo grupo/sala as atividades calendarizadas mais relevantes, tendo em conta a reutilização de materiais. Entre elas: - Halloween; - Lembrança de Natal; - Dia do Pai / Dia da Mãe; - Confeção do Folar; - Cesta da Páscoa.

No ano de 2021, o Centro Infantil na investida de atrair mais crianças para o ensino Pré-escolar, proporcionou ás nossas crianças atividades extracurriculares como o Inglês, Mirandês e Expressão Musical (1 vez por semana), sem qualquer custo adicional para as famílias. Disponibilizou também o Ballet, não se verificando adesão por parte dos utentes, pois esta atividade exigia um custo monetário extra.

A 31 de Agosto de 2021, terminado mais um ano letivo, verificou-se a saída de crianças tanto da valência Creche, como da valência Pré-Escolar:

Nº saídas	13 crianças
Nº admissões	8 crianças

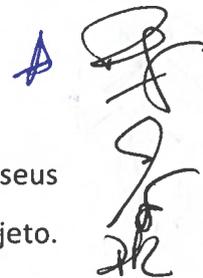
Neste sentido em 2021, pretendeu-se consolidar as atividades/estratégias já delineadas, da melhor forma, de modo a melhorar o quotidiano das crianças e das colaboradoras da resposta social em causa.



2.3.5 PROGRAMA DE FÉRIAS-MONTESSORI

No ano 2021 retomou-se o **Programa de Férias - Montessori** que está integrado no **projeto inovador, premiado no ano de 2020 pelos Prémios BPI La Caixa**, e que terminou em dezembro de 2021. O projeto inicialmente concebido para funcionar nas pausas letivas e em horário pós letivos, devido à fraca adesão associada à pandemia COVID-19 e às suspensões de respostas sociais desta índole, decretadas pelo Governo. Ainda assim, o **seu funcionamento em períodos de férias letivos foi essencial na conciliação da vida pessoal e profissional** das pessoas com responsabilidades parentais e numa vertente socioeducativa, através do Método de Montessori, para todas as crianças que frequentaram. Assim os períodos de funcionamento contemplados e os quais comportaram o preenchimento das vagas, face ao espaço cedido pela Junta de Freguesia e as recomendações da DGS, foram: na interrupção letiva das férias Natal 2020, Páscoa 2021 e Verão 2021. Este projeto englobou crianças entre os 4 e os 10 anos de idade, o Programa de atividades Montessori assegurou aos seus participantes um conjunto de diversas atividades que contribuíram positivamente para potenciar o crescimento e desenvolvimento completo e harmonioso, assim como, o despertar para novos talentos e capacidades, assente numa **metodologia participativa, de espontaneidade e liberdade da própria criança**.

É importante referir que desde o seu planeamento, passando pela sua execução e avaliação, este projeto contou com afetação de uma Educadora, auxiliares, estagiárias, técnicas de diferentes áreas, social e psicológica e educação física, assim como técnicos adstritos aos serviços administrativos e contabilísticos. Podemos salientar também a participação de dois voluntários que se constituíram monitores de apoio. Não menos importante foi igualmente a confeção de refeições quentes por parte da ERPI N. Sr. da Misericórdia e Centro Infantil Menino Jesus da Cartolinha, assim como acondicionamento e transporte das mesmas realizado pelos transportes do Serviço de Apoio Domiciliário.



No final do projeto, tanto a nível profissional como por parte dos utentes e seus familiares manifestaram satisfação com as atividades e, de maneira geral com o projeto. A inovação do mesmo assentou na intervenção metodológica, com um grupo heterogéneo de crianças o que proporcionou um saber ser e saber estar partilhado, assim como constituiu um desafio para todos os visados.

2.3.6 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS SANTA MARIA MAIOR

A Unidade de cuidados de saúde continuados de longa duração e manutenção, integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados, tem uma capacidade máxima de **21 utentes** requer, de acordo com a normativa legal vigente, um quadro de colaboradores altamente qualificados, muito exigente o que provoca algumas dificuldades na sustentabilidade económico-financeira.

É uma resposta de apoio social e saúde na manutenção e recuperação da autonomia dos utentes no regresso ao seu domicílio ou a outra resposta social e na ajuda a familiares, nomeadamente no descanso do cuidador/a.

Durante o ano de 2021 foi aprovada pela ARS Norte uma **revisão da capacidade da UCCI para 24 camas**, com alargamento de acordo para o total de 24 camas previsto para o ano de 2022. Com autorização da ARS Norte e até ao alargamento do acordo, do aumento de 3 camas aprovado entraram um funcionamento **2 camas de cariz privado** (devido a questões de organização de serviço), de forma a minimizar os resultados financeiros negativos que esta resposta tem vindo a apresentar.

No ano de 2021, foram admitidos um total de 53 utentes na unidade, 28 Homens e 25 Mulheres. A **média global de idades destes utentes situa-se nos 78 anos** (nos homens a média é de 75,8 e nas mulheres é de 80,6);

Em relação ao grau de dependência, 39 dos utentes admitidos eram totalmente **dependentes (73,6%)**, 5 tinham dependência grave (9,4%), 6 apresentavam Dependência Moderada (11,3%), 2 com dependência ligeira (3,8%) e também 1 totalmente independente (1,9%).

No âmbito das medidas preventivas ao COVID-19, e de acordo com o cumprimento das orientações da DGS, não houve suspensão de visitas no ano de 2021 (com exceção do período em que durou o surto e num curto período no final do ano por deliberação da Mesa Administrativa, durante a chamada “5ª Vaga” de COVID-19, tendo-se mantido mediante agendamento e no cumprimento do Plano de Operacionalização de Visitas desta unidade.

As colaboradoras realizaram horário espelho nos meses de janeiro e fevereiro/2021.

Apresentamos alguns dados e indicadores sociais e de saúde relevantes para o ano 2021.

2.3.6.1. DADOS GERAIS

TOTAL DE UTENTES ADMITIDOS EM 2021	TOTAL DE UTENTES SAÍDOS EM 2021	TOTAL DE UTENTES COM INTERNAMENTO EM 2021	TAXA DE OCUPAÇÃO MÉDIA EM 2021	Nº MÉDIO DE DIAS DE INTERNAMENTO P/ UTENTE EM 2021
53	51	71	89,6% ¹	169,5 ²

UTENTES ADMITIDOS E SAÍDOS EM 2021	UTENTES ADMITIDOS EM 2021 E AINDA INTERNADOS A 31/12/2021	UTENTES ADMITIDOS ANTES DE 2021 E COM PERÍODO DE INTERNAMENTO EM 2021
43	10	18

-INDICADORES DEMOGRÁFICOS NA ADMISSÃO

- a. HOMENS ADMITIDOS: 28 (52,8%) – média de idades dos homens de 75,8 anos
- b. MULHERES ADMITIDAS: 25 (47,2%) – média de idades das mulheres de 80,6 anos
- c. MÉDIA DE IDADES GERAL DOS UTENTES ADMITIDOS EM 2021: 78 ANOS
- d. REGIÃO DE RESIDÊNCIA DOS UTENTES ADMITIDOS EM 2021:

¹ Nos meses de fevereiro e março com ocupações inferiores a 85% (69,9% e 78% respetivamente) devido ao congelamento de admissões devido à pandemia, no entanto a ocupação foi paga a 100%

² Nos utentes saídos em 2021 o mínimo situou-se nos 6 dias de internamento e o máximo nos 2464 dias de internamento

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO

- i. CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO: 18 UTENTES (34%)
- ii. DISTRITO DE BRAGANÇA: 7 UTENTES (13,2%)

- iii. ZONA NORTE: 28 UTENTES (52,8%)

-INDICADORES DEMOGRÁFICOS NA ALTA

- e. Nº DE HOMENS SAÍDOS EM 2021: 31 (60,8%) – média de idades dos homens saídos de 77,3 anos

- f. Nº DE MULHERES SAÍDAS EM 2021: 20 (39,2%) – média de idades das mulheres saídas de 83,3 anos

- g. MÉDIA DE IDADES GERAL DOS UTENTES SAÍDOS EM 2021: 79,6 ANOS

- h. MOTIVO DE SAÍDA DOS UTENTES:
 - i. ALTA: 25 UTENTES (49%)
 - ii. ÓBITO: 14 UTENTES (27,5%)
 - iii. AGUDIZAÇÃO (ALÉM DO PERÍODO DE RESERVA DE VAGA): 12 UTENTES (23,5%)

- i. REGIÃO DE RESIDÊNCIA DOS UTENTES SAÍDOS EM 2021:
 - i. CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO: 19 UTENTES (37,3%)
 - ii. DISTRITO DE BRAGANÇA: 6 UTENTES (11,8%)
 - iii. ZONA NORTE: 26 UTENTES (50,9%).

- INDICADORES PRESTAÇÃO CUIDADOS

1. UTENTES SAÍDOS ATÉ 31/12/2021:

EPISÓDIOS DE AGUDIZAÇÃO	EPISÓDIOS DE QUEDAS	ÚLCERAS DE PRESSÃO	
		NA ADMISSÃO	NA SAÍDA
28	3	46	43

DESTE 28 EPISÓDIOS DE AGUDIZAÇÃO 12 IMPLICARAM TÉRMINO DO INTERNAMENTO DO UTENTE (óbito na unidade hospitalar e/ou excedido período máximo de reserva de vaga)

3 ÚLCERAS DE PRESSÃO CICATRIZADAS (a maior parte dos internamentos foi muito curto para um número mais alto de UP's cicatrizadas).

2. UTENTES QUE MANTÉM INTERNAMENTO APÓS 31/12/2021:

EPISÓDIOS DE AGUDIZAÇÃO	EPISÓDIOS DE QUEDAS	ÚLCERAS DE PRESSÃO	
		NA ADMISSÃO	A 31/12/2021
18	1	14	3

- 11 ÚLCERAS DE PRESSÃO CICATRIZADAS (são utente com mais tempo de internamento pelo que os resultados em termos de cicatrização de UP 's são muito melhores)

MUITO BAIXO NÚMERO DE QUEDAS NO GERAL DO ANO DE 2021 (4 quedas para 71 utentes)

Destacamos a importância da terapia ocupacional, apresentando as atividades desenvolvidas e a resposta aos seus indicadores.

- TERAPIA OCUPACIONAL: REABILITAÇÃO

Técnicas utilizadas no plano de reabilitação diária dos utentes:

Reestabelecer/ melhorar/ manter competências motoras			
Técnicas			Objetivo
Mobilização superiores (MS)	polisegmentar	membros	Ganhos/ manutenção Amplitude articular
Exercícios ativos/ resistidos			Fortalecimento muscular
Crioterapia/ calor húmido			Diminuição rubor e sinais inflamatórios; Diminuição queixas álgicas através de relaxamento muscular Estimulação muscular

A

	Inibição contrações musculares indesejadas (espasticidade)
Electroestimulação	Redução de queixas álgicas e fortalecimento muscular;
Drenagem linfática e manual	Redução edema
Alongamento musculo tendinosos	Maximização elasticidade motoras
Treino proprioceptivo	Maximização de coordenação motora
Massagem antálgica/ deslocamento cicatricial	Diminuição da dor, relaxamento muscular, remoção de aderências e queloides
Exercícios motricidade fina e destreza manual	Melhorar/ manter motricidade fina e coordenação manual; Aumentar capacidade de realizar movimentos rápidos e precisos dos dedos das mãos e a capacidade de manipular objetos com rapidez e precisão;
Integração dos membros comprometidos no esquema corporal	Consciencialização corporal; Integração/ facilitação do membro acometido na realização das tarefas; Readquirir o esquema corporal;
Treino de atividades da vida diária	
Técnicas	Objetivo
Manter/ promover a participação ativa do utente no desempenho das AVD	Promover/ manter autonomia: - higiene pessoal; - alimentação; - banho; - deambulação e transferências; - vestir/ despir;
Produtos de apoio	Promover maior autonomia;
Estimulação cognitiva e sensorial	
Técnicas	Objetivo
Estimulação sensorial	Reagir, através de um comportamento motor adequado ao estímulo recebido Consciencialização do membro parético
Estimulação cognitiva	Preservar ou melhorar o desempenho das funções cognitivas das pessoas como sejam a memória, atenção, concentração, raciocínio, capacidade resolução de problemas, entre outros...

1. Indicadores 2021

Ano 2021			
Nº utentes internados ano 2021	53		
Sessões realizadas	2498		
Atividades da vida diária			
Independência funcional (Escala Barthel)	Aumentou	Manteve	Outros ¹ (Transferências/ Faleceram)
	24	11	18
Reestabelecer/ melhorar/ manter competências motoras			
	Ganho	Manutenção	Outros ¹ (Transferências/ Faleceram)
Amplitude articular, força muscular	27	8	18
Destreza manual e motricidade fina	27	8	18
Estimulação cognitiva e sensorial			
	Ganho	Manutenção	Outros ¹ (Transferências/ Faleceram)
Orientação	10	25	18
Atenção, concentração, categorização	28	7	18

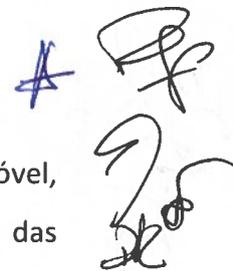
3. ATIVIDADES TRANSVERSAIS NAS DIFERENTES RESPOSTAS SOCIAIS

Como podemos comprovar ao longo do Relatório, a pandemia COVID-19 veio condicionar muita da atividade desenvolvida ao longo de 2021. No entanto, obrigou-nos a alguns ajustamentos, procurou-se dar continuidade na resposta projetos/programas e a atividades fundamentais aos serviços e resposta aos utentes e familiares.

Atividade da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro esteve suspensa durante o ano 2021.

Esta suspensão iniciou-se ainda em no 2020, com as restrições associada à pandemia, no caso do uso da capela mortuária, na sua ação de velar os defuntos.

Acresce-se ainda a iniciação do “**Projeto de Recuperação e Conservação da igreja da Misericórdia**” (- financiado pelo Fundo rainha D. Leonor em 78 154,53€)., tendo terminado o mesmo a **terminou a 11/06/2021**.



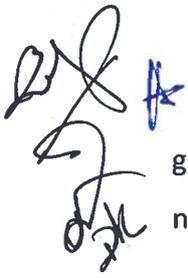
As principais atividades desenvolvidas respeitaram: a conservação do património móvel, substituição da cobertura mantendo a abóbora em laje de betão, recuperação das fachadas, lavagem das pedras da igreja, pintura de cor branca das paredes exteriores e pinturas dos vãos exteriores, instalação de um sistema de controlo de intrusão, arranjos interiores na Sacristia, capela fúnebre e galeria dos mesários e disposição de elementos a expor.

Apesar deste contributo de recuperação ser manifestamente importante, poderemos ainda afirmar que a Igreja necessita de intervenções no seu interior.

O “**Projeto de Licenciamento da ERPI Vila Chã de Braciosa**”, iniciado anteriormente, no ano 2020, tido como um projeto de alteração e ampliação de edifício destinado a ERPI- Santa Maria Mãe de Deus” da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, destinado à remodelação e ampliação de escola a um equipamento social com a resposta social de ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas), para uma capacidade a definir, que implicavam intervenções construtivas essas que terão lugar no Lugar de Toural, freguesia de Vila Chã, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança, obteve parecer negativo.

Mais concretamente, a Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia do ISS.IP, emitiu em 3/3/2021, que o projeto em análise **não reunia condições para a emissão de parecer favorável**, porquanto não se encontram observadas e reunidas as condições técnicas legalmente estabelecidas, para a instalação e funcionamento da resposta social em causa, concretamente o previsto na legislação específica a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de março alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014 de 4 de março.

Foram candidatados outros projetos, podemos salientar a aprovação do **Projeto âmbito da Iniciativa Social Descentralizada, ao BPI Fundación La Caixa “Acreditar e construir depois do Covid-19”** no montante 5.000€ que se traduziu na aquisição de camas articuladas que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos utentes-residentes



grandes dependentes, principalmente sentida após o maior surto COVID-19, neste caso na ERPI N. Sr. da Misericórdia.

Um dos Projetos candidatado, mas não aprovado, foi a **candidatura ao PROJETO BAIRO FELIZ –“TOCA A BULIR”**- Supermercado local Pingo Doce, que consistiu na organização de Sessões de atividade física, organizadas num circuito de exercícios físicos ao ar livre, em grupo e/ou individualmente, adaptada aos Sénior e pessoas com incapacidade física, usando-se equipamento adaptado à população sénior e à mobilidade reduzida, para idades desde os 57 anos até 100 anos de idade. O projeto não foi pré-selecionado para votação dos clientes.

Outro Projeto aprovado no âmbito do PRR: **Aviso N.º 01/103-i01/2021**, consiste na **aquisição de veículos Elétricos** destinado à prestação de serviços de apoio domiciliário, por forma a atenuar o impacto económico, reduzindo despesas na prestação de serviços à residência dos utentes, no caso do concelho de Miranda do Douro, composto por um povoamento disperso e objetivando-se principalmente diminuir despesas com combustível. Foi aprovada a **aquisição de uma viatura 100% elétrica**, no montante de 25 mil euros, ainda que até a esta data não tenha sido verba libertada.

Com vista à atribuição do nível C do Modelo de Qualidade da Segurança Social “Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais”, foi adquirido o **Programa Informático de Qualidade da TSR-Terceira Idade e TSR-Orçamentos**.

Na promoção da qualidade de vida dos utentes-residentes, segurança destes e dos trabalhadores foi adquirido um **volume considerável e adicional de Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s)**, solução desinfetante das mãos. No início a escassez e os preços oscilaram bastante. Contudo, contamos com **donativos de EPI’S da UDIPSS, UMP, Centro Distrital de Segurança Social, e alguns programas candidatados como p.ex. a SIC-Esperança, Programa Adaptar Social +**, entre outros particulares. Foi durante os



diferentes surtos que se preferiu a aquisição de louça descartável, nas ERPI' s, UCCI, SAD e Programa Montessori, de forma a respeitar o contro de infeção por COVID-19.

Não obstante, também não se descuraram as necessidades dos utentes grandes dependentes, tendo sido imprescindível a **aquisição de ajudas técnicas**, como colchão anti- escaras, proteção de grades metálicas para camas, resguardos, cintos geriátricos, entre outras.

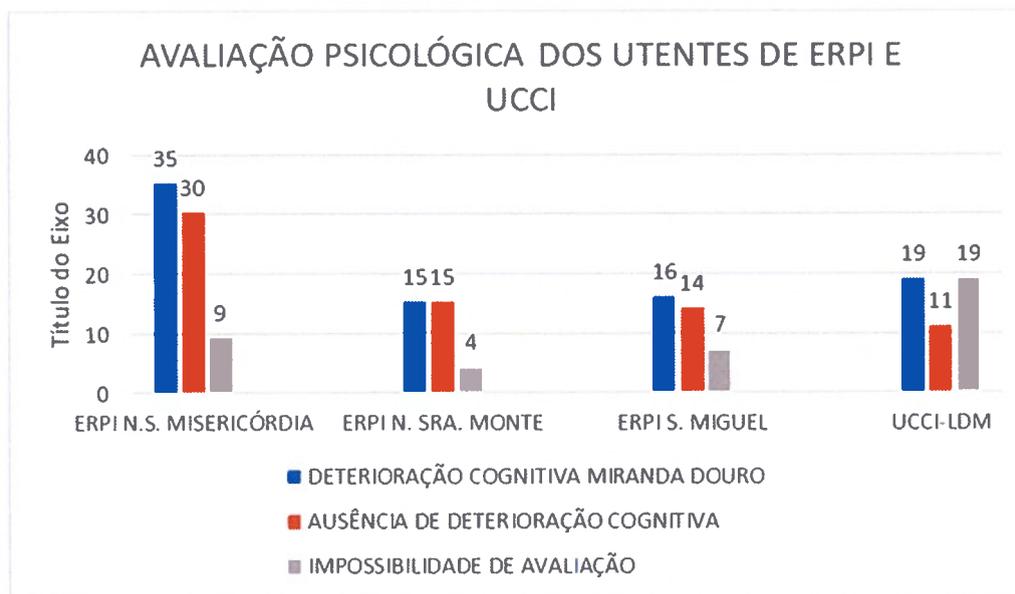
Atendendo à afetação dos diferentes técnicos a várias respostas sociais, houve necessidade de **diminuir a mobilidade profissional**, para evitar e controlar a disseminação da doença por COVID-19. A deslocação dos técnicos superiores de fisioterapia, educação física e enfermagem, ficou suspensa, distribuindo os mesmos apenas a uma resposta social.

Pese embora o aumento significativo da dependência dos utentes de terceiros para a satisfação das atividades básicas de vida diária, pode-se referir que se verificaram poucas **candidaturas ao Complemento de 1º Grau ao ISS IP.**

Ao nível das **atividades de intervenção psicossocial** continuamos a realizar o acompanhamento familiar e individual, através de visitas domiciliárias e atendimentos presenciais e telefónicos (utentes, familiares e aos trabalhadores), respeitando as recomendações da DGS. Foram também realizadas reuniões diárias com a equipa geral e com cada setor, a maior parte das vezes informal, por forma a dar resposta a problemas que surgiam no próprio momento e implicavam um esforço da equipa “no aqui e no agora”. A nossa ação foi norteadada sempre por dar resposta com os recursos que dispomos, otimizando-os. E, por esta razão se constatou a necessidade de todos os trabalhadores, incluindo os mais qualificados, Técnicos Superiores e chefias, colaborarem em tarefas indiferenciadas.

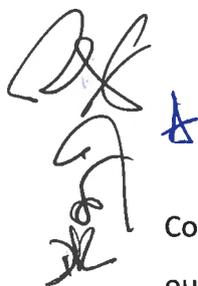
Outras ações houve que implicaram uma colaboração permanente com as entidades parceiras, nomeadamente Autoridade Saúde Pública, ULSNE, entre outras.

Gostaríamos de salientar uma característica comum a todas as respostas sociais na área sénior que respeitam à avaliação psicológica dos utentes que reforça a nossa afirmação quanto ao perfil de autonomia dos utentes, como explicamos anteriormente, e sua interferência nas Atividades de Vida Diária, mas neste caso referente à avaliação cognitiva, através da escala de avaliação psicológica MMSEⁱ. Como se pode observar, no gráfico a seguir apresentado, os utentes com deterioração cognitiva, somados ainda àqueles utentes-residentes em que não é possível a aplicação da escala, atendendo ao estado global do utente é superior ao número de utentes que não possuem deterioração cognitiva.



Na área da **Animação Sócio Cultural** registou-se uma quebra na execução das atividades planeadas para as ERPI's e UCCI-LDM devido ao período excecional de crise sanitária por nós vivida, o Plano de atividades de animação sociocultural que apresentamos viu-se comprometido e porquanto não foi cumprido na grande parte.

Objetivos Gerais	Melhorar a qualidade de vida do utente, mantendo a sua autonomia.			
Áreas de intervenção	Atividades	Objetivos	Intervenientes	Indicadores de avaliação
Expressão Plástica	<ul style="list-style-type: none"> - Pintura; - Corte; - Colagem; - Moldagem; - Decalque. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a criatividade; - Desenvolver a motricidade fina; - Promover a interação entre o grupo; - Desenvolver a capacidade crítica/sensibilidade. 	Utentes do Lar; Técnicos (Animador Sociocultural).	Nº de utentes por atividade.
Animação Cognitiva	<ul style="list-style-type: none"> - Jogo de cartas; - Diferenças; - Treino da escrita/leitura; - Adivinhas/provérbios; - Cálculo; - Sequências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o desempenho cognitivo; - Desenvolver a capacidade de memorização; - Desenvolver a capacidade de interação entre os utentes; - Melhorar a capacidade de atenção e raciocínio. 	Utentes do Lar; Técnicos (Animador Sociocultural).	Nº de utentes por atividade.
Animação Lúdica	<ul style="list-style-type: none"> - Jogos tradicionais; - Caminhadas; - Visitas (Museus, Jardins, etc.); - Atividades na comunidade; - Troca de experiências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a interação entre os participantes e socialização; - Melhorar a ocupação do tempo livre; - Estimular a destreza física. 	Utentes do Lar; Técnicos (Animador Sociocultural).	Nº de utentes por atividade.



Como já dissemos anteriormente, os recursos humanos disponíveis abraçaram também outras atividades necessárias e de substituição, nomeadamente na colaboração de tarefas essenciais indiferenciadas e realização de videochamadas, assim como realização e atendimento de chamadas telefónicas. Esta foi a forma encontrada para não quebrar o vínculo familiar dos utentes. Esta ação tentou minimizar o sofrimento de ambas as partes, mas conclui-se que não substitui a presença física, nem dispensa muito menos do toque de um abraço e outros cumprimentos que os afetos pressupõem.

Estas, a par de outras medidas de contingência afetaram significativamente o humor e motivação dos utentes. Frequentemente, os colaboradores tiveram que lidar com o agravamento da situação cognitiva/demencial, devido à revolta dos utentes contra o confinamento obrigatório. Do mesmo modo, o isolamento profilático era muitas vezes incompreendido e gerou, em muitos utentes, períodos de grande confusão e fonte de stress, com os quais também resultou ser muito difícil de lidar.

À medida que o Governo decretou o alívio das medidas de contingência, foram realizadas as atividades suspensas. Apresentam-se conforme a participação média dos destinatários e recursos alocados às mesmas.

- Média de participação dos utentes por atividade

→ Expressão Plástica

Recursos Físicos/Local: estas atividades foram realizadas nas várias valências da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro (UCCI, ERPI Miranda do Douro, ERPI Duas Igrejas, ERPI Palaçoulo) em salas preparadas para a realização das mesmas como a Sala de Atividades e a Sala de Convívio.

Recursos Humanos: 1 técnica de Educação Social.

Destinatários: Todos os utentes das diversas valências da instituição.

Duração da Atividade: 2 horas.

RESPOSTA SOCIAL	UCCI-LDM	ERPI N. SR. MISERICÓRDIA	ERPI N.SRA. MONTE	ERPI S. MIGUEL
Média	7,6	17,7	11,7	10,1

Valores são uma média do número de utentes que participam por mês.

Os valores apresentados correspondem em média ao número de utentes que participaram nas atividades de expressão plástica.

Podemos verificar, segundo estes valores que existe um aumento bastante significativo do ano anterior para o ano de 2021. Este aumento é justificado também pela entrada de novos utentes na instituição pós pandemia.

Esta é uma das atividades pela qual os utentes se sentem mais interessados uma vez que têm oportunidade de se exprimirem de várias formas, por ser uma atividade com baixa exigência (não necessitam de saber ler ou escrever) e, onde podem dar largas à imaginação e à criatividade; promover o desenvolvimento da motricidade fina, a destreza manual e a coordenação psicomotora; trabalhar a atenção e concentração; promover o convívio entre idosos; fomentar sentimentos de alegria e diversão e o espírito de improvisação.

→ Animação Cognitiva

Recursos Físicos/Local: estas atividades foram realizadas nas várias valências da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro (UCCI, ERPI Miranda do Douro, ERPI Duas Igrejas, ERPI Palaçoulo) em salas preparadas para a realização das mesmas como a Sala de atividade e a Sala de Convívio.



Recursos Humanos: 1 técnica de Educação Social;

Destinatários: Todos os utentes das diversas valências da instituição.

RESPOSTA SOCIAL	UCCI-LDM	ERPI N. SR. MISERICÓRDIA	ERPI N.SRA. MONTE	ERPI S. MIGUEL
Média	7,9	17,5	11,2	10,6

Duração da Atividade: 2 horas.

***Valores são uma média do número de utentes que participam por mês.**

Os valores apresentados correspondem ao número em média de utentes que participaram nas atividades de animação cognitiva.

Segundo os valores apresentados podemos verificar que esta atividade não é a de maior interesse, mas que apresenta um aumento desde o último ano.

Nas atividades de animação cognitiva, os utentes podem “jogar” com a sua mente de forma a retardar os efeitos da perda de memória, acuidade visual, aumentando assim a atividade cerebral através do treino de leitura e escrita, de jogos de tabuleiro, de jogos cognitivos, de jogos de cartas, jogos de cálculo, entre outros.

Estas atividades pretendem ocupar o tempo do idoso, de modo a sentir-se inserido e útil na comunidade e ainda assim desenvolver a coordenação motora, cognitiva, assim como o bem-estar.


→ **Animação Lúdica**

Recursos Físicos/Local: esta atividade foi realizada nas várias valências da Santa Casa (UCCI, ERPI Miranda do Douro, ERPI Duas Igrejas, ERPI Palaçoulo) em salas preparadas para a realização das mesmas como Sala de atividades, Sala de Convívio.

Recursos Humanos: 1 técnica de Educação Social;

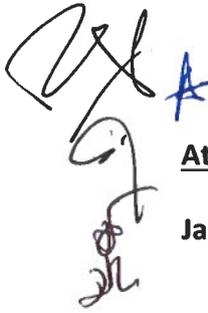
RESPOSTA SOCIAL	UCCI-LDM	ERPI N. SR. MISERICÓRDIA	ERPI N.SRA. MONTE	ERPI S. MIGUEL
Média	7,5	17,5	11,6	12,8

Destinatários: Todos os utentes das diversas valências da instituição.

Duração da Atividade: 2 horas.

***Valores são uma média do número de utentes que participam por mês.**

Os valores acima apresentados referem-se ao número em média de utentes que participaram nas atividades lúdicas. Com isto podemos verificar que esta é das atividades com maior participação pelos utentes nas várias respostas sociais. A animação lúdica tem por objetivo divertir as pessoas e o grupo, ocupar o tempo, promover o convívio e divulgar os conhecimentos, artes e saberes. Na sua essência, todas as atividades têm estes objetivos mas a animação lúdica é vocacionada principalmente para a essência da animação: o lazer, o entretenimento. Talvez por este motivo os destinatários se sintam mais motivados a participar, pela necessidade de se sentirem entretidos e ocupados.



Atividades programadas e desenvolvidas

Janeiro:

- ▶ As atividades que estavam programadas, não foram realizadas devido á situação pandémica, por sua vez foi realizado o apoio a outros setores, bem como a prestação de auxílio para o bem-estar dos utentes.

Fevereiro:

- ▶ As atividades que estavam programadas, não foram realizadas devido á situação pandémica, por sua vez foi realizado o apoio a outros setores, bem como a prestação de auxílio para o bem-estar dos utentes.

Março:

- ▶ Dia Internacional da Mulher – Realização de um mural alusivo ao tema.
- ▶ Início da Primavera – Realização de decoração para a instituição.

Abril:

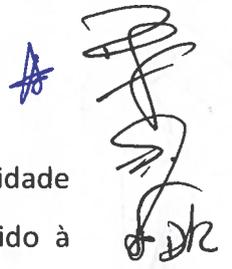
- ▶ Páscoa - Realização de decoração para a instituição; Realização de uma cruz pascal.
- ▶ Dia da Revolução dos Cravos - Realização de decoração alusiva ao tema.

Maiο:

- ▶ Dia Internacional da Família (Convívio entre os utentes e respetivos familiares, com um possível lanche) – Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.
- ▶ Dia Internacional dos Museus - Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.

Junho:

- ▶ Dia Mundial do Meio Ambiente – Debate com os utentes sobre a importância do tema; Sessão informativa sobre a separação do lixo nos diferentes ecopontos, jogo.



- ▶ Dia da Amizade (Convívio no Santuário de Nossa Senhora do Naso) - Atividade proposta pelo Município de Miranda do Douro que não se realizou devido à situação pandémica.
- ▶ Santos Populares- Elaboração de decoração para a instituição; Almoço festivo.

Julho:

- ▶ Dia Mundial das Bibliotecas - Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.
- ▶ Dia Mundial dos Avós - “O Papel dos avós na vida dos Netos” – Conversa sobre o papel que os avós têm nas nossas vidas, antes e agora.
- ▶ Convívio Intergeracional entre Avós e Netos (Atividade proposta pelo Município de Miranda do Douro) - Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.

Setembro:

- ▶ Convívio Intergeracional entre utentes e alunos do Centro Infantil Menino Jesus da Cartolinha - Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.

Outubro:

- ▶ Dia do Sorriso- Registo fotográfico de utentes.
- ▶ Dia Internacional do Idoso - (Visita dos alunos da escola com o professor de música).
- ▶ Encontro ao entardecer (Atividade proposta pelo Município de Miranda do Douro) - Atividade programada não realizada devido à situação pandémica.
- ▶ Pink October (Comemoração do Dia Nacional da Luta Contra o Cancro da Mama) – Atividade proposta pelo Município de Miranda do Douro: Realização de laço cor-de-rosa alusivo ao tema e decoração da instituição.



Novembro:

- ▶ Dia Internacional dos Trava-Línguas - partilha de trava-línguas com os utentes.
- ▶ São Martinho- Realização de um convívio de Magusto.

Dezembro:

- ▶ Natal- Decoração da instituição, troca de prendas, cânticos alusivos à época.

Atividades não programadas e desenvolvidas

- ▶ Participação nas atividades do ATL (Atividades de Tempos Livres) – Centro Infantil Menino Jesus da Cartolinha;
- ▶ Visita ao Santuário de Nossa Senhora do Naso – Póvoa;
- ▶ Visita ao Mosteiro Trapista de Santa Maria Mãe da Igreja – Palaçoulo;
- ▶ Dia Internacional da Erradicação da Pobreza (Atividade proposta pela Câmara Municipal de Miranda do Douro);
- ▶ Natal Ecológico (Atividade proposta pela Câmara Municipal de Miranda do Douro);
- ▶ Aldeia Natal – Malhadas (Atividade proposta pela Associação Cultural e Recreativa “Todas”).

4. ANÁLISE FINANCEIRA

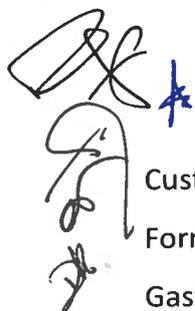
4.1. Evolução das Principais Contas

Vendas e Serviços Prestados

Subsídios, Doações e Legados à Exploração

ANO	2021	2020	2019	2018	2017
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	1.358.659,89	1.467.717,90	1.420.700,10	1.305.543,58	1.253.925,57
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	1.883.223,14	1.751.299,99	1.570.533,60	1.489.782,56	1.519.948,68
TOTAL	3.241.883,03	3.219.017,89	2.991.233,70	2.795.326,16	2.773.874,25
VARIAÇÃO	+0,71%	+7,62%	+7,01%	+0,77%	

No ano de 2021 verificou-se uma diminuição nas contas relativas a Prestação de Serviços e um aumento nas contas de Subsídios, Doações e Legados à Exploração, sendo que o total de rendimentos sofreu um aumento no valor de 22.865,14 €, representando apenas 0,71% do total de rendimentos.



Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Gastos com o Pessoal (Pessoal)

ANO	2021	2020	2019	2018	2017
CMVMC	360.765,46	329.234,06	328.649,53	329.676,81	337.737,12
FSE	438.011,88	405.924,28	371.055,39	378.622,85	437.291,12
PESSOAL	2.237.169,62	2.351.377,05	2.334.486,65	2.218.168,40	2.138.977,63
TOTAL	3.035.946,96	3.086.535,39	3.034.191,57	2.926.468,06	2.914.005,87
VARIAÇÃO	-1,6%	+1,73%	+3,68%	+0,43%	

Em 2021 verificou-se um aumento nas contas de CMVMC e FSE e, em contrapartida, diminui a conta de Gastos com o Pessoal.

No total das rubricas em análise verificou-se uma redução de 1,6% em relação ao ano anterior que em termos reais representa uma redução de 50.588,43 €.

Relativamente à conta de FSE, temos:

ANO	2021	2020	2019	2018	2017
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	122.601,32	145.552,87	123.066,24	114.065,79	182.774,87
MATERIAIS	14.616,51	22.618,74	9.240,06	11.503,67	16.062,11
ENERGIA E FLUIDOS	269.823,54	208.039,55	213.777,17	228.298,03	215.850,43
DESL., ESTADAS E TRANSPORTES	173,10	153,50	758,65	1.646,80	865,90
SERVIÇOS DIVERSOS	30.797,41	29.559,62	24.213,27	23.108,56	21.737,81
TOTAL	438.011,88	405.924,28	371.055,39	378.622,85	437.291,12
VARIAÇÃO	+7,90%	+9,40%	-2,00%	-13,42%	



Em 2021 verificou-se um aumento no conjunto das contas de FSE que, em valor, representou 32.087,60 €.

É importante salientar que os gastos diminuíram nas contas de Serviços Especializados e Materiais, mas em contrapartida verificou-se um aumento nas restantes rúbricas, e de forma bastante acentuada na rúbrica Energia e Fluidos.

Resultados

ANO	2021	2020	2019	2018	2017
RESULTADOS	164.442,44	45.191,37	-110.488,37	-205.868,00	-242.829,28

Relativamente aos Resultados de 2021, a Instituição mantém o resultado positivo embora seja bastante mais significativo do que no ano de 2020.

4.2. Resultados do Período nas Respostas Sociais

RENDIMENTOS E GASTOS	ERPI Miranda	ERPI Palaçoulo	ERPI Duas Igrejas	UCCI
Vendas e serviços prestados	459.640,31 €	303.643,68 €	313.606,55 €	97.720,59 €
Subsídios, doações e legados à exploração	464.967,29 €	184.515,75 €	154.996,28 €	405.359,68 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 124.529,14 €	- 51.619,68 €	- 40.997,79 €	- 66.763,04 €
Fornecimentos e serviços externos	- 129.374,08 €	- 56.017,11 €	- 52.637,02 €	- 78.363,74 €
Gastos com o pessoal	- 603.275,63 €	- 291.534,20 €	- 291.227,22 €	- 430.534,44 €
Imparidades de dívidas a receber	8.257,31 €	- €	- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos	12.877,34 €	7.139,37 €	4.746,46 €	20.648,53 €
Outros gastos	- 905,03 €	- 159,94 €	- 146,54 €	- 3.207,68 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	87.658,37 €	95.967,87 €	88.340,72 €	55.140,10 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 12.884,19 €	- 16.863,49 €	- 23.732,67 €	- 23.110,37 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	74.774,18 €	79.104,38 €	64.608,05 €	78.250,47 €
Juros e gastos similares suportados	- 1.547,47 €	- 862,14 €	- 789,92 €	- 507,69 €
Resultados antes de impostos	73.226,71 €	78.242,24 €	63.818,13 €	78.758,16 €
Resultado líquido do período	73.226,71 €	78.242,24 €	63.818,13 €	78.758,16 €

RENDIMENTOS E GASTOS	SAD Miranda	SAD Palaçoulo	SAD Duas Igrejas	Pré-Escolar	Creche
Vendas e serviços prestados	48.230,70 €	35.961,75 €	54.031,32 €	8.858,51 €	24.369,02 €
Subsídios, doações e legados à exploração	158.991,48 €	111.794,51 €	120.907,42 €	60.096,03 €	178.065,51 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 26.957,37 €	- 16.374,26 €	- 12.439,06 €	- 4.234,18 €	- 10.315,00 €
Fornecimentos e serviços externos	- 41.696,58 €	- 20.337,93 €	- 15.512,41 €	- 8.104,19 €	- 26.993,43 €
Gastos com o pessoal	- 129.819,72 €	- 84.755,00 €	- 86.629,08 €	- 63.627,51 €	- 227.171,14 €
Imparidades de dívidas a receber	- €	- €	- €	- €	2.540,15 €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos	3.745,87 €	2.019,24 €	1.743,32 €	1.084,89 €	3.636,94 €
Outros gastos	- 152,45 €	- 104,62 €	- 125,66 €	- 49,31 €	- 1.943,21 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.341,93 €	28.203,69 €	61.975,85 €	5.975,76 €	57.811,16 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 2.429,87 €	- 10.012,78 €	- 7.785,42 €	- 1.568,46 €	- 4.889,38 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9.912,06 €	18.190,91 €	54.190,43 €	7.544,22 €	62.700,54 €
Juros e gastos similares suportados	- 821,83 €	- 563,91 €	- 677,38 €	- 265,75 €	- 918,50 €
Resultados antes de impostos	9.090,23 €	17.627,00 €	53.513,05 €	7.809,97 €	63.619,04 €
Resultado líquido do período	9.090,23 €	17.627,00 €	53.513,05 €	7.809,97 €	63.619,04 €

RENDIMENTOS E GASTOS	UCC Privada	CD Vila Chã	Cantina social	CATL	P. Religioso	POAPMC	P. Arrendado	Irmandade
Vendas e serviços prestados	1.334,40 €	- €	- €	7.496,08 €	- €	- €	- €	3.767,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	- €	- €	8.029,28 €	28.108,93 €	- €	2.283,11 €	- €	5.107,87 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 350,23 €	- €	- 5.177,10 €	- 1.008,81 €	- €	- €	- €	- €
Fornecimentos e serviços externos	- 121,82 €	- 87,50 €	- 1.734,31 €	- 1.804,53 €	- 489,59 €	- 1.869,15 €	- 211,83 €	- 2.676,66 €
Gastos com o pessoal	- 1.210,25 €	- €	- 6.571,87 €	- 11.239,94 €	- 3.164,71 €	- 4.806,32 €	- 851,28 €	- 751,31 €
Imparidades de dívidas a receber	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos	- €	2.772,12 €	652,54 €	72,08 €	2.905,78 €	769,47 €	4.422,50 €	6.978,47 €
Outros gastos	- €	- €	- 17,95 €	- 13,53 €	- €	- 17,95 €	- €	- 1.527,11 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	347,90 €	2.704,62 €	4.819,41 €	21.610,48 €	748,52 €	3.640,84 €	3.359,39 €	10.898,26 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- €	- 3.740,76 €	- 36,40 €	- 1.388,80 €	- 1.775,84 €	- 106,36 €	- 92,88 €	- 2.496,56 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	347,90 €	- 1.036,14 €	4.855,81 €	20.221,68 €	2.524,16 €	3.747,20 €	3.266,51 €	8.401,70 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- €	- 90,74 €	- 72,93 €	- €	- 90,74 €	- €	- €
Resultados antes de impostos	347,90 €	- 1.036,14 €	4.952,55 €	20.148,73 €	2.524,16 €	3.843,94 €	3.266,51 €	8.401,70 €
Resultado líquido do período	347,90 €	- 1.036,14 €	4.952,55 €	20.148,73 €	2.524,16 €	3.843,94 €	3.266,51 €	8.401,70 €

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A redução do número de clientes, ao longo de 2021, maioritariamente nas respostas de Apoio Domiciliário, com o consequente aumento do número de vagas não preenchidas terá, provavelmente, um efeito negativo sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade no exercício de 2022, no entanto, não é possível fazer uma avaliação exacta do seu efeito nas respectivas demonstrações financeiras.

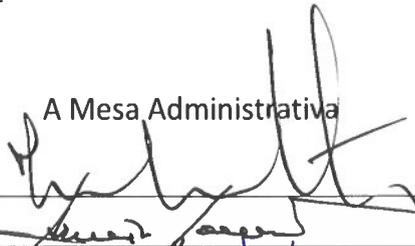
A mais recente invasão da Ucrânia pela Rússia está também a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos resultados: que o resultado líquido apurado, no valor de 164.442,44 € (resultado positivo de cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e quarenta e quatro cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Mirando do Douro, 30 de março de 2022

A Mesa Administrativa



João Filipe Lourenço

Delegado Geral Arnaldo Rijo

Dárida Martins Carvalho Vasco

¹ MMSE- Mini-Mental State Examination (MMSE) or Folstein test., adaptado à versão portuguesa: Mini-Exame do Estado Mental. Esta escala instrumentos mais utilizados no rastreio de défice cognitivo

A
Handwritten signature and initials

**Santa Casa da Misericórdia de Miranda do
Douro**

Demonstrações Financeiras

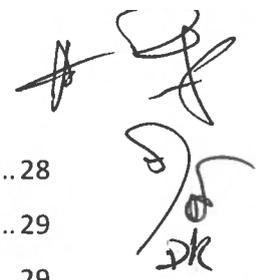
31 de dezembro de 2021



Índice

Demonstrações Financeiras	4
Balanço Individual	4
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração Individual dos Resultados por Funções	6
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 2021	8
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 2020	9
Anexo.....	10
1. Identificação da entidade.....	10
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	11
3. Derrogação de Disposições da Normalização Contabilística para as ESNL.....	11
4. Comparabilidade	11
5. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas.....	12
5.1 Bases de Apresentação.....	12
5.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	13
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
7. Ativos fixos tangíveis	22
8. Bens do Património Histórico e Cultural	23
9. Ativos intangíveis.....	24
10. Inventários.....	25
11. Rédito	25
12. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.....	25
13. Subsídios e apoios do Governo	26
14. Benefícios dos empregados.....	26
15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	27
16. Outras Informações.....	27
16.1 Investimentos financeiros	27
16.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados.....	27
16.3 Créditos a Receber	27
16.4 Outros Ativos Correntes.....	28

16.5	Diferimentos.....	28
16.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	29
16.7	Fundos Patrimoniais.....	29
16.8	Fornecedores.....	30
16.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	30
16.10	Outros Passivos Correntes e Não Correntes.....	31
16.11	Financiamentos Obtidos.....	31
16.12	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	32
16.13	Fornecimentos e Serviços Externos.....	33
16.14	Outros Rendimentos.....	34
16.15	Outros Gastos.....	34
16.16	Resultados Financeiros.....	34
16.17	Honorários dos Revisores Oficiais de Contas.....	34
16.18	Factos Relevantes Ocorridos no Período.....	35
16.19	Acontecimentos Após a Data do Balanço.....	35



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

Demonstrações Financeiras

Balço Individual

X
Ribeiro
de

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dez 2021	31 Dez 2020
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	2.793.378,84	2.921.155,62
Bens do Patrimônio Histórico e Cultural	6	152.226,25	53.244,39
Investimentos Financeiros	14.1	13.578,85	10.441,22
		2.959.183,94	2.984.841,23
Ativo corrente			
Inventários	8	49.660,85	51.813,90
Créditos a Receber	14.3	106.434,33	121.230,61
Adiantamentos a Fornecedores	14.8	95,39	205,41
Estado e Outros Entes Públicos	14.9	8.039,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	14.2	2.780,00	1.510,00
Diferimentos	14.5	12.979,99	12.402,40
Outras Ativos Correntes	14.4	81.552,02	137.138,98
Caixa e Depósitos Bancários	14.6	472.670,95	296.607,38
		734.212,53	620.908,68
Total do Ativo		3.693.396,47	3.605.749,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14.7	159.260,13	159.260,13
Resultados Transitados	14.7	1.739.159,31	1.692.074,39
Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	14.7	805.974,00	824.782,52
Resultado Líquido do Período		164.442,44	45.191,37
Total dos Fundos Patrimoniais		2.868.835,88	2.721.308,41
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	10	5.025,00	5.025,00
Financiamentos Obtidos	14.11	203.428,34	101.190,50
Outras Dívidas a Pagar	14.10	9.337,90	350,38
		217.791,24	106.565,88
Passivo Corrente			
Fornecedores	14.8	100.811,05	112.800,13
Adiantamento de Clientes	14.3	23,88	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	14.9	48.561,65	49.363,82
Financiamento Obtidos	14.11	35.857,36	135.714,28
Diferimentos	14.5	0,00	25.477,39
Outras Passivos Correntes	14.10	421.515,41	454.520,00
		606.769,35	777.875,62
Total do Passivo		824.560,59	884.441,50
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3.693.396,47	3.605.749,91

Unidade Monetária: Euros

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	9	1.358.659,89	1.467.717,90
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados		-2.597.935,08	-2.680.611,11
Resultado Bruto		-1.239.275,19	-1.212.893,21
Outros Rendimentos		1.970.235,52	1.806.698,03
Gastos de Distribuição		0,00	-71,40
Gastos Administrativos		-550.925,91	-529.832,10
Outros Gastos		-8.370,98	-14.398,86
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		171.663,44	49.502,46
Gastos de Financiamento	14.16	-7.221,00	-4.311,09
Resultados Antes de Impostos		164.442,44	45.191,37
Resultado Líquido do Período		164.442,44	45.191,37

Unidade Monetária: Euros

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

A


RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimento de Clientes		1.405.088,99	1.510.187,81
Pagamento a Fornecedores		-810.591,62	-763.518,69
Pagamentos ao Pessoal		-2.251.698,42	-2.239.350,11
Caixa gerada pelas operações		-1.657.201,05	-1.492.680,99
Outros Recebimentos / Pagamentos		1.964.650,03	1.649.842,93
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		307.448,98	157.161,94
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-123.407,70	-47.042,17
Investimentos Financeiros		-3.137,63	-2.806,17
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	1.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-126.545,33	-48.848,34
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		250.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-247.619,08	-37.376,75
Juros e Gastos Similares		-7.221,00	-4.311,09
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-4.840,08	-41.687,84
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		176.063,57	66.625,76
Caixa e seus Equivalentes no início de período		296.607,38	229.981,62
Caixa e seus Equivalentes no fim de período	14.6	472.670,95	296.607,38

Unidade Monetária: Euros

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 2021

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	14.7	159.260,13	1.692.074,39	824.782,52	45.191,37	2.721.308,41	2.721.308,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
2 Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			47.084,92	-18.808,52	-45.191,37	-16.914,97	-16.914,97
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			47.084,92	-18.808,52	-45.191,37	-16.914,97	-16.914,97
4=2+3 RESULTADO INTEGRAL					164.442,44	164.442,44	164.442,44
5 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					119.251,07	147.527,47	147.527,47
1+2+3+5 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	14.7	159.260,13	1.739.159,31	805.974,00	164.442,44	2.868.835,88	2.868.835,88

Unidade Monetária: Euros

8


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 2020

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1	14.7	159.260,13	1.798.807,07	843.521,92	-110.488,37	2.691.100,75	2.691.100,75	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		-106.732,68	-18.739,40	110.488,37	-14.983,71	-14.983,71	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3		-106.732,68	-18.739,40	110.488,37	-14.983,71	-14.983,71	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				45.191,37	45.191,37	45.191,37	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5				155.679,37	30.207,66	30.207,66	
1+2+3+5	14.7	159.260,13	1.692.074,39	824.782,52	45.191,37	2.721.308,41	2.721.308,41	

Unidade Monetária: Euros

9

 A

Anexo

1. Identificação da entidade

A "Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro", pessoa coletiva n.º 501596968 é uma Instituição Particular sem fins lucrativos, e encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral de Segurança Social, desde 15 de novembro de 1985, tem a sua sede na Rua Rainha D. Catarina, S/n, 5210 – 228 Miranda do Douro.

De forma a prosseguir os seus fins estatutários, a instituição tem como atividade principal o apoio à terceira idade e infância através das seguintes respostas sociais:

- Lares de idosos;
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa duração);
- Jardim de Infância;
- Creche;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- Programa Emergência Alimentar.

A Instituição goza das isenções e regalias que o citado Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março e do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a republica;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

3. Derrogação de Disposições da Normalização Contabilística para as ESNL

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

4. Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL

5. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

5.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas de acordo com a continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

5.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

5.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

5.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

5.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

5.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

5.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

5.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

5.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos

respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e a existirem encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

5.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos Fundos Patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da

sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

5.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	-
...	-
Outros Ativos fixos intangíveis	-



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,

ou

- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

5.2.4 Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros atuais dizem respeito à obrigatoriedade em contribuir para o Fundo de Compensação do Trabalho, criado em 2013 pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de setembro e, de acordo com a Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

5.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

5.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- 
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes;

5.2.7 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados

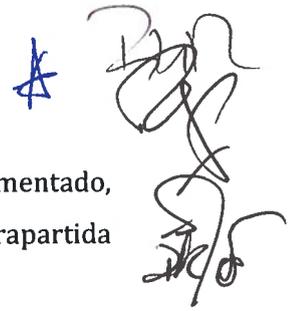
As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

5.2.8 Clientes/Utentes/Créditos a Receber

Os “Clientes/Utentes/Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.



5.2.9 Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

5.2.10 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

5.2.11 Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

5.2.12 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

5.2.13 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

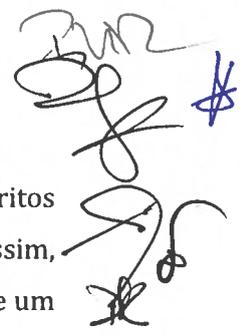
Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

5.2.14 Subsídios

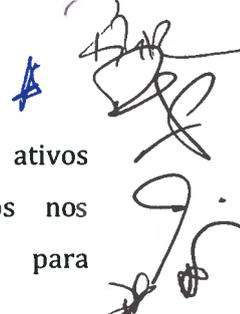
Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis (por exemplo, subsídio segurança social), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os



gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

5.2.15 Benefícios dos Empregados

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

5.2.16 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os custos de “Empréstimo Obtidos” que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são imediatamente considerados como parte do custo desse mesmo ativo. Outros custos de “Empréstimos Obtidos” são reconhecidos como gasto.

Locações

Os contratos de locação (leasing) são classificados como Locações Financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato. Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação

financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

5.2.17 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento

no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Entidade não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2021 e não se verificaram alterações das estimativas para o mesmo período.

7. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Outros ativos fixos tangíveis

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
.: Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.629,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,21
Edifícios e outras construções	4.334.413,10	8.618,12	0,00	0,00	0,00	4.343.031,22
Equipamento básico	608.074,13	25.647,72	0,00	0,00	0,00	633.721,85
Equipamento de transporte	283.005,75	0,00	0,00	0,00	0,00	283.005,75
Equipamento administrativo	210.710,30	9.748,48	0,00	0,00	0,00	220.458,78
Outros ativos fixos tangíveis	8.357,56	300,00	0,00	0,00	0,00	8.657,56
Total:	5.447.190,05	44.314,32	0,00	0,00	0,00	5.491.504,37
.: Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	8.870,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,52
Edifícios e outras construções	1.147.746,63	91.408,37	0,00	0,00	0,00	1.239.155,00
Equipamento básico	800.493,57	7.147,80	0,00	0,00	0,00	807.641,37
Equipamento de transporte	276.181,45	10.024,90	0,00	0,00	0,00	286.206,35
Equipamento administrativo	213.398,08	3.809,06	0,00	0,00	0,00	217.207,14
Outros ativos fixos tangíveis	138.521,25	523,90	0,00	0,00	0,00	139.045,15
Total:	2.585.211,50	112.914,03	0,00	0,00	0,00	2.698.125,53

Investimentos em Curso	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
.: Obras em Curso						
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	59.177,07	44.262,85	0,00	98.981,86	0,00	0,00
Total:	59.177,07	44.262,85	0,00	98.981,86	0,00	0,00

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
∴ Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.629,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,21
Edifícios e outras construções	4.318.351,47	16.061,63	0,00	0,00	0,00	4.334.413,10
Equipamento básico	598.565,41	9.508,72	0,00	0,00	0,00	608.074,13
Equipamento de transporte	283.005,75	0,00	0,00	0,00	0,00	283.005,75
Equipamento administrativo	208.767,05	1.943,25	0,00	0,00	0,00	210.710,30
Outros ativos fixos tangíveis	8.088,22	269,34	0,00	0,00	0,00	8.357,56
Total:	5.419.407,11	27.782,94	0,00	0,00	0,00	5.447.190,05
∴ Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	8.870,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,52
Edifícios e outras construções	1.059.711,75	88.034,88	0,00	0,00	0,00	1.147.746,63
Equipamento básico	794.815,21	5.678,36	0,00	0,00	0,00	800.493,57
Equipamento de transporte	260.116,28	16.065,17	0,00	0,00	0,00	276.181,45
Ferramentas e Utensílios	85.517,25	717,70	0,00	0,00	0,00	86.234,95
Equipamento administrativo	210.937,07	2.461,01	0,00	0,00	0,00	213.398,08
Outros ativos fixos tangíveis	52.061,66	224,64	0,00	0,00	0,00	52.286,30
Total:	2.472.029,74	113.181,76	0,00	0,00	0,00	2.585.211,50

Investimentos em Curso	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
∴ Obras em Curso						
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	59.177,07	0,00	0,00	0,00	59.177,07
Total:	0,00	59.177,07	0,00	0,00	0,00	59.177,07

8. Bens do Património Histórico e Cultural

Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórica/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 152.226,25 Euros.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do Património Histórico e Cultural era 53.244,39 Euros.

Durante o ano de 2021 ficou concluída a obra de Recuperação e Conservação da Igreja da Misericórdia cujo investimento total foi de 98.981,86 Euros. Esta intervenção foi subsidiada pelo Fundo Rainha D. Leonor em 73.705,55 Euros.

Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, apenas são objeto de depreciação na parte correspondente à obra de Recuperação e Conservação da Igreja da Misericórdia.

9. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
:: Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
:: Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
:: Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
:: Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90

10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Movimentos	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	51.813,90	29.016,54
Compras	358.612,41	352.031,42
Existências Finais	49.660,85	51.813,90
Custo do Exercício	360.765,46	329.234,06

11. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021			2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Prestação de Serviços	1.358.659,89	100,00%	-7,43%	1.467.717,90	100,00%	3,31%
Quotas de Utilizadores	1.354.892,89	99,72%	-7,45%	1.464.008,90	99,75%	3,32%
Quotas e Jóias	3.767,00	0,28%	1,56%	3.709,00	0,25%	-2,14%

12. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Provisões" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Outras provisões	5.025,00	0,00	0,00	5.025,00
Total:	5.025,00	0,00	0,00	5.025,00

13. Subsídios e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos na conta “Subsídios das Entidades Públicas”:

	2021	2020
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	1.298.015,42	1.283.755,38
Administração Regional de Saúde do Norte	229.637,22	230.458,02
Instituto Segurança Social Bragança	159.257,27	114.483,37
Instituto Emprego e Formação Profissional	31.253,69	27.543,72
Município Miranda Do Douro	109.037,50	0,00
Outros	15.935,47	35.750,57
Total:	1.843.136,57	1.691.991,06

14. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente 5 e 5.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2020 foi de 158 e em 2021 foi de 155 (incluindo Estágios Profissionais, Contratos Emprego-Inserção e Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021			2020		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Varição percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remunerações ao Pessoal	1.805.744,90	81,08%	-6,24%	1.925.958,02	81,76%	4,92%
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sobre as Remunerações	370.272,74	16,63%	-3,68%	384.413,42	16,64%	4,80%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	33.531,16	1,51%	6,58%	31.460,66	1,27%	40,13%
Gastos de Ação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outros Gastos com o Pessoal	27.620,82	1,23%	189,38%	9.544,95	0,33%	6,42%
Total:	2.237.169,62	100,00%	-4,86%	2.351.377,05	100,00%	5,24%

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes linhas das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros		
Fundos de Compensação do Trabalho	13.578,85	10.441,22
Total:	13.578,85	10.441,22

16.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a conta que representa a Irmandade apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo	2.780,00	1.510,00
Quotas	2.780,00	1.510,00

16.3 Créditos a Receber

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a conta de “Créditos a Receber” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Cientes c/c		
Cientes	106.434,33	121.230,61
Adiantamentos de Clientes	23,88	0,00
Cientes de Cobrança Duvidosa		
Cientes	0,00	10.797,46
Perdas por Imparidade do período		
Cientes	0,00	-10.797,46
TOTAL DE CLIENTES:	106.410,45	121.230,61

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letter 'A'.

16.4 Outros Ativos Correntes

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a conta “Outros Ativos Correntes” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Outros Ativos Correntes		
Fornecedores	0,00	23,29
Outros Rendimentos Diferidos	50.710,61	8.943,56
Devedores e Credores Diversos	29.485,71	125.616,46
Outros Devedores e Credores - UDCP	0,00	2.555,67
Total:	80.196,32	137.138,98

16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Diferimentos		
Outras despesas com gastos diferidos	12.979,99	12.402,40
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	25.477,39
Total:	12.979,99	37.879,79

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	539,25	1.564,67
Depósitos à Ordem	472.131,70	295.042,71
Total:	472.670,95	296.607,38

16.7 Fundos Patrimoniais

Nas rubricas de "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações em 2021 e em 2020:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	159.260,13	0,00	0,00	159.260,13
Resultados Transitados	1.692.074,39	46.920,05	290,58	1.739.159,31
Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	824.782,52	1.864,66	20.673,18	805.974,00

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	159.260,13	0,00	0,00	159.260,13
Resultados Transitados	1.798.807,07	112.980,25	219.712,93	1.692.074,39
Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	843.521,92	751,84	19.491,24	824.782,52

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma em 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	100.811,05	112.800,13
Adiantamentos a Fornecedores	95,39	205,41

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma em 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA – Restituições Pedidas	8.039,00	0,00
Total:	8.039,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	10.367,59	9.077,00
Segurança Social	37.904,37	40.028,80
Fundos de Compensação	289,69	258,02
Total:	48.561,65	49.363,82

16.10 Outros Passivos Correntes e Não Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes e Não Correntes" desdobra-se da seguinte forma em 2021 e 2020:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	0,00	1.114,80	0,00	51.123,03
Fornecedores de Investimentos	0,00	1.114,80	0,00	51.123,03
Credores por Acréscimos	0,00	334.620,63	0,00	356.452,36
Remunerações a Liquidar	0,00	334.620,63	0,00	349.149,43
Outras Despesas Diferidas	0,00	38.461,55	0,00	7.302,93
Fornecedores de Investimentos - Caução	9.337,90	0,00	350,38	0,00
Fornecedores com Caução	9.337,90	0,00	350,38	0,00
Outros Devedores e Credores	0,00	0,00	0,00	46.944,61
Outros Devedores e Credores – Créditos a pagar	0,00	0,00	0,00	47,09
Outros Devedores e Credores - Utentes	0,00	47.265,07	0,00	46.675,82
Outros Devedores e Credores - Penhoras	0,00	17,43	0,00	185,88
Outros Devedores e Credores - Sindicatos	0,00	35,93	0,00	35,82
Total:	9.337,90	421.515,41	350,38	454.520,00

16.11 Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Financiamentos Obtidos				
Empréstimos Bancários	203.428,34	35.857,36	101.190,50	135.714,28
Total:	203.428,34	35.857,36	101.190,50	135.714,28

Importa referir que em 23 de dezembro de 2020 foi celebrado um contrato de empréstimo, no valor de 100.000,00 euros, ao abrigo da Linha de Apoio ao Sector Social Covid-19 para suprir necessidades de tesouraria. O valor em questão apenas entrou nos cofres da Santa Casa em 5 de janeiro de 2021.

Durante o mês de maio de 2021 foi também contraído um novo empréstimo, no valor de 150.000,00 euros ao abrigo da Linha de Apoio ao Sector Social com o objetivo de liquidar o valor em dívida do empréstimo de Médio e Longo prazo constituído em 2017. Esta solução permitiu não só reduzir a taxa de juro como também evitar o pagamento de comissões mensais associadas ao empréstimo.

B28
A

16.12 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A rubrica de “Subsídios, Doações e Legados à Exploração” está dividida da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Subsídios de Entidades Públicas	1.843.136,57	1.691.991,06
Centro Regional da Segurança Social	1.298.015,42	1.283.755,38
Administração Regional de Saúde do Norte	229.637,22	230.458,02
Instituto da Segurança Social	159.257,27	114.483,37
Autarquias	109.037,50	0,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	31.253,69	27.543,72
Outros	15.935,14	35.750,57
Subsídios de Outras Entidades	25.477,39	46.472,61
BPI – Prémio La Caixa	25.477,39	46.472,61
Doações	14.609,18	25.714,90
Donativos em Espécie	2.246,11	15.485,71
Donativos em Dinheiro	12.363,07	10.229,19
Total:	1.883.223,14	1.570.533,60

16.13 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	122.601,32	145.552,87
Trabalhos Especializados	60.467,09	88.050,27
Vigilância e Segurança	5.292,10	6.471,49
Honorários	32.287,47	24.408,31
Comissões	2.305,38	4.288,14
Conservação e Reparação	22.249,28	22.310,67
Materiais	14.616,51	22.618,74
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.259,50	1.875,34
Livros e Documentação Técnica	0,00	699,06
Material de Escritório	4.131,96	3.203,73
Artigos para Oferta	621,83	108,24
Artigos p/ utilização Utentes	0,00	388,43
Outros Materiais	8.603,22	16.343,94
Energia e Fluidos	269.823,54	208.039,55
Eletricidade	73.047,13	58.194,89
Combustíveis	163.630,03	114.642,19
Água	33.146,38	35.202,47
Deslocações, Estadas e Transportes	173,10	153,50
Transporte de Utentes	0,00	71,40
Refeições	133,70	47,70
Portagens	39,40	34,40
Serviços Diversos	30.797,41	29.559,62
Rendas e Alugueres	8.560,20	8.451,24
Comunicação	7.434,10	6.837,19
Seguros	10.437,78	9.953,04
Contencioso e Notariado	357,00	193,65
Limpeza, Higiene e Conforto	63,81	200,63
Outros Serviços	3.944,52	3.923,87
Total:	438.011,88	405.924,28

16.14 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma em 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Rendimento Suplementares	4.502,28	7.392,48
Rendas - Bairro Valentim Guerra	4.410,00	3.216,76
Outros Rendimentos	67.302,64	41.263,80
Total:	76.214,92	52.873,04

16.15 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma em 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Impostos	775,15	1.120,08
Outros Gastos	7.595,13	13.278,78
Total:	8.370,28	14.398,86

16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Gastos de Financiamento	-7.221,00	-4.311,09
Total:	-7.221,00	-4.311,09

16.17 Honorários dos Revisores Oficiais de Contas

Os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas - FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA-SROC, LDA. - ascendem a 5.756,40 euros em 2021.

16.18 Factos Relevantes Ocorridos no Período

O ano de 2021, à semelhança do que aconteceu em 2020, ficou marcado pela Pandemia de COVID 19 com consequências ao nível da atividade económica do país e dos rendimentos das famílias.

A atividade da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro foi também afetada de forma significativa pelos surtos de COVID19 que ocorreram nos primeiros meses do ano, afetando as ERPI's e a Unidade de Cuidados Continuados.

Para além do impacto direto nos utentes e nos colaboradores, a pandemia por COVID afetou a instituição da seguinte forma:

- Necessidade de aquisição de EPI's em quantidades superiores às consideradas normais no período pré-covid;
- Encerramento, decretado pelo Governo, da Resposta Social Creche entre 22 de janeiro e 14 de março;
- Encerramento, decretado pelo Governo, da Resposta Social Pré-Escolar entre 22 de janeiro e 14 de março;
- Condicionamento das atividades do ATL tendo em conta os receios dos encarregados de educação e devido ao encerramento obrigatório decretado pelo Governo, tendo as atividades decorrido normalmente apenas durante as férias de Verão e de Natal, para um número reduzido de utentes;
- Aumento das ausências ao serviço por parte dos colaboradores que foram afetados pela infeção por Covid19 ou que estiveram em isolamento profilático;

De forma a minimizar a redução de colaboradores ao serviço, a Instituição recorreu à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, do IEFP.

16.19 Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A redução do número de clientes, ao longo de 2021, maioritariamente nas respostas de Apoio Domiciliário, com o conseqüente aumento do número de vagas não preenchidas terá, provavelmente, um efeito negativo sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade no exercício de 2022, no entanto, não é possível fazer uma avaliação exacta do seu efeito nas respectivas demonstrações financeiras.

Pese embora a dificuldade e imprevisibilidade de estimação dos efeitos, prevemos que o impacto na atividade económica da entidade possa vir a ter um efeito material nas demonstrações financeiras de 2022. Acreditamos, contudo, que não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Assim, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, mantém-se apropriado.

De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado pela gestão como um evento subsequente não ajustável.

A mais recente invasão da Ucrânia pela Rússia está também a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro.

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 30 de março de 2022.

Miranda do Douro, 30 de março de 2022

O Contabilista Certificado

(CC nº 93796)

Ulga Filipa Rodrigues Pereira

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]



Fernando Peixinho & José Lima - SROC, Lda

COMPETÊNCIA RIGOR INDEPENDÊNCIA



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

www.peixinhoelimasroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.693.396,47 euros e um total de Fundo Patrimoniais de 2.868.835,88 euros, incluindo um resultado líquido de 164.442,44 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa não dispõe de um cadastro dos ativos fixos tangíveis que permita efetuar uma verificação quantitativa e qualitativa dos bens que integram o património imobiliário e mobiliário da Instituição e se os bens sujeitos a registo se encontram todos identificados e registados na Conservatória do Registo Predial. Por tal facto, não nos foi possível concluir quanto à integralidade do valor das rubricas “Ativos Fixos Tangíveis” e “Bens de Património Histórico e Cultural” evidenciadas no balanço, o quais, a 31 de dezembro de 2021, totalizam € 2.793.378,84 e, conseqüentemente, quanto à razoabilidade do montante de € 112.914,03 relativo ao saldo da rubrica “Depreciações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.

A rubrica de subsídios ao investimento apresenta um saldo de € 805.974,00 para o qual não nos foi possível obter evidência sobre a razoabilidade no valor de € 726.384,91, quer pela ausência de contratos de investimento, quer por não nos ter sido possível verificar os fluxos financeiros subjacentes. Admitimos, no entanto, que se trate de subsídios com particular antiguidade, cujos processos de suporte não estejam adequadamente instruídos e catalogados e cuja relevação contabilística nunca tenha procedido em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, a imputação sistemática a resultados de acordo com o plano de depreciações dos ativos subjacentes.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme previsto no art.º 12 do Decreto de Lei 158/2009, alterado pelo Decreto de Lei 98/2015 a entidade tem obrigatoriamente de valorizar os inventários através do sistema de inventário permanente razão pela qual deverá proceder à sua implementação com a maior brevidade.

Conforme divulgado no anexo, na sequência da pandemia provocada pelo COVID-19 a entidade tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e o reforço da monitorização da atividade, atendendo aos aspetos críticos que tal pandemia teve sobre a população mais idosa, o que envolveu aquisições de materiais e equipamentos de proteção e prevenção da doença. Tal circunstância teve um efeito ao nível do aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal.

A mais recente invasão da Ucrânia pela Rússia está a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras de 2022, que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e extensão desta guerra

A entidade, apesar da divulgação efetuada na nota do Anexo, não consegue prever, para já, o impacto objetivo na sua atividade de exploração para 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou



condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 30 de março de 2022



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

SEDE

Rua do Loreto, 120 Sobreloja
5300-189 Bragança
e-mail. fpeixinho.roc@gmail.com

DELEGAÇÃO

Largo do Desterro, Bloco 1 Sobreloja Drt.
5100-093 Lamego
e-mail. roc@jalima.pt

www.peixinhoelimasroc.pt